

---

*Análise do discurso e arqueologia:  
... é possível transitar por entremeios?...*

*José Alberione dos Reis\**

---

**Resumo:** este texto é um “exercício” e uma proposta que visa entremear conceitos e princípios oriundos da Análise do Discurso com possíveis lugares da teoria na Arqueologia.

**Palavras-chaves:** Análise do Discurso; Arqueologia; Teorias.

**Abstract:** This text is an “exercise” and a proposal that aims at intermingling concepts and principles derived from Discourse Analysis with possible places of theory in Archaeology.

**Key words:**

---

*Nos espelhos puros  
que a memória guarda,  
fique o rosto surdo,  
a música brava  
do humano discurso.  
De qualquer discurso.*

(Cecília Meireles, Poesia completa, p. 382)

Nas mais variadas e antigas narrativas que tratam de primórdios, de origens, de primeiros acontecimentos, vem sempre à palavra como potencial taumaturgo de criação e movimento. A palavra falada vivifica e impulsiona o andar das coisas do mundo. Foram milhões de anos transcorridos, desde os mais velhos *Hominídeos* aos contemporâneos *Sapiens sapiens*, para que a fala se somasse a escrita e se completasse a linguagem como um através do homem no mundo. Da palavra que fala e da palavra que escreve vem o homem se dizendo a que veio.

---

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, bolsista da Fapesp.

Assim, nesta trajetória, estávamos até o século XIX. Foi quando Saussure (1974) instituiu um corte epistemológico na linguagem, cindindo de um lado a língua e de outro a fala. Esta oposição marca o momento fundante da Linguística moderna. Vários outros momentos e cisões aconteceram. Nos inícios dos anos 60, do século passado, vem à cena uma nova ruptura. Trata-se da constituição da Análise do Discurso (Orlandi, 2000), como campo do conhecimento que se instala a partir de questionamentos contemplados desde a Linguística, do Marxismo e da Psicanálise.

Vou cometer um “exercício” como proposta deste texto. Tentarei sistematizar alguns conceitos básicos e fundamentais. Dentre aqueles que compõem o universo teórico da Análise do Discurso (AD), enfocarei os seguintes: formação discursiva, forma-sujeito, pré-construído, interdiscurso, posição-sujeito, pista/marca linguística. Considero que estes conceitos embasam suficientemente um roteiro de análise, a construção de um dispositivo de análise. Neste cometimento, vou ousar responder a interrogação do título deste trabalho. Tentarei estabelecer algumas condições de possibilidade que possam dar conta de um entremeio transdisciplinar entre Análise do Discurso e Arqueologia. Por fim, aquilo que entendo como não conclusivo, provocado pela proposta deste “exercício”.

Falo aqui de transdisciplinaridade. Na ante-sala dos corredores da academia, brilha ainda a fatuidade da interdisciplinaridade. Tecendo comentários sobre este tema, Orlandi (1996:23-35), aponta como sendo inadequado posicionar a AD como uma interdisciplina. “A interdisciplinaridade dá idéia de instrumentalização de uma disciplina pela outra...” (op. cit., 24). O que se quer com interdisciplinaridade? Não mais que um modismo da academia. Num sufoco de tantas fragmentações que o conhecimento é panorama, a interdisciplinaridade vem dar alerta e propor fusões, trocas e, finalmente, que se aceite a interdependência que sempre circulou e constituiu o todo do conhecimento produzido pelo homem. Diante dos tantos níveis de descrição da realidade, buscando conexões, estabelecendo correspondências entre as disciplinas científicas, aí está a interdisciplinaridade. Fica a constatação de que interdisciplinaridade traz como uma poção mágica o apontar para onde se salvará o conhecimento científico. Por isso, fala-se de “mágico”, isto é, tem o poder de construir um assombro, um desbunde, uma dobra ilusória como se um termo e o que o embasa provocasse reais transformações. A sua nomeação, o seu uso e receituário transformariam, de fato, a fragmentação e o isolamento do conhecimento científico. Constata-se que não. Althusser (1979: 50) fala da interdisciplinaridade como um mito nas ciências humanas, como uma prática de pedir emprestado noções, conceitos e métodos às demais disciplinas que compõe os níveis do campo científico:

“É a prática eclética das “mesas redondas” interdisciplinares. Convidam-se os vizinhos, ao acaso, melhor ou pior, para não esquecer ninguém, nunca se sabe. Quando se convida toda a gente para não esquecer ninguém, isso significa que não se sabe ao certo quem convidar, que não se sabe onde se está, que não se sabe para onde se vai. Esta prática das “mesas redondas” duplica-se necessariamente numa ideologia das virtudes da interdisciplinaridade, que é o contraponto e a missa. Esta ideologia encerra-se numa fórmula: quando se ignora qualquer coisa que toda a gente ignora, basta reunir todos os ignorantes: a ciência sairá da reunião dos ignorantes.”

A transdisciplinaridade: trânsito, transa, troca. Parte-se sempre de um ramo do vasto campo científico. Esta partida marca o pensar. Para construir idéias, com métodos e técnicas que sejam, é deste início pensante que se darão. A transdisciplinaridade visa produção integradora de conhecimento, não a formação de blocos informacionais, engordados pelos suculentos conjuntos obtidos nas pescas pelas disciplinas todas percorridas. É por aquela senda que se aponta aqui um entremeio transdisciplinar entre AD e Arqueologia, como um “exercício”.

## Conceituações/Composições

Para início desta trajetória, pode-se dizer que existem, principalmente, duas perspectivas teóricas que acompanham o transcorrer da AD e o tratamento da questão do discurso (Orlandi, 1986). A perspectiva americana, que enfoca numa redução e classificação dos segmentos de um texto. Preocupa-se em destacar como se constituem seus elementos, sem estabelecer sentidos para os mesmos. A perspectiva européia<sup>1</sup>, especificamente a AD francesa, tendo como eixo central a obra de Michel Pêcheux, traz como ponto fundamental a constituição de uma relação entre o discurso e sua exterioridade. Esta imbrica-se no discurso por trazer fortemente ao centro de sua proposta uma particular noção de sujeito, cuja formulação Pêcheux (1995:131) expressou como sendo uma “... teoria (não subjetivista) da subjetividade”. Destaca-se, assim, que o sujeito nas elaborações da AD<sup>2</sup> é interpelado pela ideologia, ocupa lugares sociais e históricos e é dotado de inconsciente. Nestas três instâncias a perspectiva francesa salienta que, sempre que se deparar com discurso, encontrar-se-ão efeitos de sentido que provocam interpretação.

Bem, efeitos de sentido, discurso, interpelação. Já se está entrando no terreno ardiloso da AD e de suas conceituações. Assim sendo, pode-se dizer que a AD constitui uma disciplina de entremeio (Orlandi, 1996). Trabalha entre a Lingüística e as ciências humanas. Provoca uma busca por condições e processos de produção discursivas e por suas determinações histórico-sociais.

Reconhece uma historicidade acompanhando a linguagem. Desmonta a existência de um sentido literal nos termos da língua, uma literalidade ali já posta e canonicamente dicionarizada. Afiança também que pensar por sentido, no discurso, não seja qualquer um, mas construído a partir de condições de produção histórico-sociais e sujeitas sempre a uma interpretação. E o discurso, o que seria, então? Para conceituá-lo, saliente-se por sua polissemia (Mainguenu, 1976). Esta se caracteriza, de um lado, pelos seus usos lingüísticos e não-lingüísticos e forma restrita, de outro, como sinônimo de texto ou de enunciado. Daí que, polissêmico ou restrito, discurso é o objeto teórico-histórico-ideológico da AD, "...que se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua); prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não de seus produtos..." (Ferreira, 2001:14). Isto posto, o discurso se define por "...efeito de sentidos entre locutores..." (Orlandi, 2000:20). Para a AD, portanto, discurso não é produção de indivíduos, é uma materialidade textual cujos efeitos de sentido são historicamente determinados.

Como trabalhar um sujeito que é social, histórico, ideológico e dotado de inconsciente, no âmbito do discurso para a AD? A resposta aponta para uma noção básica em AD, que é a de formação discursiva. Torna possível a compreensão do processo de produção e das condições de produção do discurso. Clareando a relação do sujeito com uma formação discursiva, pode-se identificar as diferentes posições do sujeito no discurso. A formação discursiva representa no discurso a interpelação ideológica de seus sentidos, isto é, "...determina o que pode e deve ser dito..." (Pêcheux, 1995:160). Uma formação discursiva marca um lugar de articulação entre língua e discurso. Na explicitação de uma formação discursiva pode-se obter o entendimento de diferentes sentidos do discurso, pois termos iguais significam diferentemente em diferentes formações discursivas. Segundo Orlandi (2000:43): "A formação discursiva se define como aquilo que, numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito."

Numa escala de importância teórica dentro do discurso, a formação discursiva ocupa uma posição dominante. Dentro desta, regulando as possibilidades do dizer e do dever dizer, ocorre a forma-sujeito que permite a identificação do sujeito do discurso para com esta dominância. "É a forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui" (Ferreira, 2001:15). Porém, a forma-sujeito fragmenta-se em diversas posições-sujeito dentro de uma mesma formação discursiva. São os lugares que os sujeitos ocupam no processo discursivo.

Como já foi acima apontado, diante de certas proposições da Lingüística, a Análise do Discurso, vem instaurar rupturas. Dentre estas, o destaque para a exterioridade do discurso, que não está fora deste, mas o constituindo pela interpelação ideológica e englobada por suas condições de produção. A idéia de exterioridade do discurso aponta também para um já-dito, um pré-construído em outros processos discursivos que possa ser incorporado ao domínio de uma formação discursiva. No escopo da exterioridade, que está fora e está dentro do discurso, salienta-se o conceito de interdiscurso: “Compreende o conjunto das formações discursivas e se inscreve no nível da constituição do discurso, na medida em que trabalha com a re-significação do sujeito sobre o que já foi dito, o repetível, determinando os deslocamentos promovidos pelo sujeito nas fronteiras de uma formação discursiva” (Ferreira, 2001, p. 18). O interdiscurso é do âmbito da memória, das formulações já feitas em outras formações discursivas e já esquecidas ou apagadas.

Além das conceituações acima descritas, no trabalho de montagem de um dispositivo de análise, partindo da configuração de um corpus empírico a partir de textos, Orlandi (2000:68) chama a atenção do analista para a identificação de “pistas”, de marcas, de vestígios, oriundos de níveis lingüísticos (fonológicos, semânticos, etc.), ou de unidades mais extensas (frase, enunciados, textos, etc.) visando detectar os elementos que darão suporte ao trabalho da análise.

Por fim, é importante destacar que a Análise do Discurso, nesta posição de disciplina de entremeio, constrói suas proposições teórico-metodológicas a partir de algumas instâncias epistemológicas. São estas:

- “1) *materialismo histórico*: teoria das formações sociais e de suas transformações, incluindo-se aí a teoria das ideologias;
- 2) *lingüística*: teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- 3) *teoria do discurso*: teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (Indursky, 1997, p. 18).

Bem, aqui se encerram estas conceituações/composições. É evidente que elas não dão conta de todo o complicado e emaranhado universo conceitual da Análise do Discurso. Nem é esta a pretensão deste “exercício”. Trata-se de uma apresentação de alguns conceitos. Volta-se do aqui para o adiante, no trilhar desta senda, na tentativa de resposta à pergunta do título. Agora sim, vamos ver o que pode entremear Análise do Discurso com Arqueologia.

### **Análise do Discurso e Arqueologia: é possível um entremeio?**

Continuo este “exercício”. No doravante, tentativas de respostas à questão de um possível trânsito transdisciplinar de entremeio entre Análise do

Discurso e Arqueologia. Saliento que este “exercício” é uma tentativa pelo caminho do possível acima apontado. Não se trata de manipulação de uma ferramenta heurística, ou de uma receita metodológica, pois como aponta Indursky (1997:46): “...em AD, não existe um modelo que se aplique automática e indiferenciadamente a todo e qualquer discurso. Vale dizer que a definição da metodologia a ser utilizada na análise de um discurso específico implica mais uma vez a análise...”.

## **AD e Arqueologia: entremeio/transdisciplinaridade**

Penso que é preciso clarear como entremeio se imbrica na Análise do Discurso. Esta idéia é assim explicitada por Orlandi (1996): “Uma disciplina de entremeio é uma disciplina não positiva, ou seja, ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente” (op. cit., 23). Mais adiante a autora acrescenta: “Eu diria, antes, que a AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, [...]. A AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva” (op.cit., 25). Saliento que estas colocações vêm permeadas por uma crítica da autora aos limites e constrangimentos que o tema da interdisciplinaridade como instrumentalização de disciplinas e inadequação conceitual choca e se contrapõe à idéia de entremeio, que conjuga as disciplinas não pelo entre elas, “...mas nas suas contradições” (op.cit., 24).

Na Arqueologia, cenário de semelhanças com este entremeio. Um equívoco ainda marca esta tal interdisciplinaridade quando se insiste nomear a Arqueologia neste capenga lugar de disciplina auxiliar de alguma mestra maior (Castro Faria, 1989). Na Arqueologia sempre este fascinante abraçar de distintos campos do conhecimento como segurança científica e sustento num banquete supimpa que ampare as “interpretações”. Salve, salve as portas da esperança da interdisciplinaridade. Por elas transita o pretenso fazer arqueológico. Será? São as tramas sedutoras das tais interdisciplinaridades. Dobrando-as, apontando por outras sendas, a transdisciplinaridade, assim referida em Raposo e Silva (1996, p. 43):

... qualquer que seja o estatuto disciplinar da arqueologia, a verdade é que ela constitui um verdadeiro campo transdisciplinar do saber: o ponto de intersecção de teorias e métodos originados em disciplinas diversas que, nos seus desenvolvimentos específicos e aplicações práticas em arqueologia se transfiguram e colocam ao serviço da edificação de um saber autônomo que os ultrapassa.

Assim bem clareado, vem para a Arqueologia como também uma desdisciplina de entremeio. Como campo transdisciplinar, transita por intersecções, por contradições de teorias e metodologias variadas e diversificadas. Transdisciplinar por que sempre terá como ponto de partida um pensar que

origina questões e problemas de ordem arqueológica. Daí vai-se para um transito, transa, troca com outras disciplinas. Na volta, uma produção de conhecimento autônoma, precípua, arqueológica. Não é um movimento de engorda entre disciplinas. É uma produção integradora de conhecimentos. Neste sentido, reforça Orlandi (1996:24): “A AD produz um outro lugar de conhecimento com sua especificidade”.

## Lugares da teoria na AD e na Arqueologia

As possibilidades vão se parecendo favoráveis para responder a pergunta do entremeio. Mas, sempre há um mas, um porém, marcando diferenças entre as disciplinas. Para os produtores e autores que transitam pela Análise do Discurso não se observa nenhum prurido, nenhum silêncio para com suas filiações teóricas, para com suas instâncias epistemológicas que dêem conta do lugar da teoria. Do Marxismo, querem aprender como se dá o encontro e a interpelação da ideologia com a linguagem. Da Linguística, procuram descrever os funcionamentos responsáveis pela produção de efeitos de sentido, considerando a língua como um processo. Da Enunciação, buscam por um sujeito dotado de simbólico e de imaginário, cujo discurso mostra as condições de produção. Da Psicanálise, evidenciam um sujeito dotado de inconsciente, de desejo que se embrica nas suas formulações discursivas.

O mesmo não se passa com a Arqueologia. Aqui teoria ainda marca um lugar de descaso, de importunação, de implícito. Ilustrando bem sobre este lugar, Johnson (2000: XI) conta a seguinte piada: “Você é um terrorista? Graças a Deus. Eu tinha entendido Meg dizer que você era um teorista”. Propiciando um panorama geral de como se situa a teoria, na arqueologia européia contemporânea, Johnson (2000) compara a voz dos teóricos como a voz de Cassandra, isto é, eles constantemente proferem profundas profecias e predições e constantemente são ignorados por aqueles que decidem pela Arqueologia.

Se pelo mundo assim está teoria, o que se passa em sítios brasileiros? No Brasil, na maioria dos resultados das pesquisas em Arqueologia, permanece ainda uma resistência à teoria. Os textos publicados sugerem como se fosse mesmo desnecessário marcar teorias ou elas estão veladas, ocultadas em um proposital mascaramento de inexistência. Tais constatações apontam para um equivocado entendimento do rigor científico da pesquisa arqueológica no Brasil, como prescindindo de postulados teóricos. Pode-se, portanto, caracterizar não tanto “resistência”, mas aderência velada a correntes teóricas, imprescindíveis em qualquer fazer científico e produtor de conhecimento, lugar inegável da Arqueologia.

Não há trabalho científico sem base teórica. Neste sentido, aponta Althusser (s.d., 23):

Uma pesquisa ou uma observação nunca é passiva: só é possível sob

a direção e o controle de conceitos teóricos que nela agem, quer direta, quer indiretamente nas suas regras de observação, de seleção e de classificação na montagem técnica que constitui o campo de observação ou da experiência.

“Existe teoria arqueológica no Brasil? [...] há uma falta de teoria na Arqueologia Brasileira. [...] é ainda muito comum desprezar artigos interpretativos como sendo muito teóricos” (Funari, 1998, p. 13).

Estes questionamentos remetem a uma situação fundante na Arqueologia brasileira em relação às teorias. Elas existem nas pesquisas, porém não de forma explícita. Daí o “desprezo” em relação ao interpretar e isto sendo visto como “teórico”. Aqui uma confusão semântica que superpõe equivocadamente interpretar como sendo teorizar. Pode-se pensar que este “desprezo” faça parte de um jogo entre saber/poder na pesquisa arqueológica. É inegável que a Arqueologia é uma ciência. A partir desta condição, nos deparamos com paradigmas que controlam todo e qualquer conhecimento científico. Este controle é notadamente o poder que a ciência interpõe ao social, ao político, em conjugação ao ideológico. Neste sentido, reflete Morin (1994, p.106): “...ignorou-se que as teorias científicas não são o puro e simples reflexo das realidades objetivas, mas são os co-produtos das estruturas do espírito humano e das condições sócio-culturais do conhecimento.”

Portanto, não há falta de teoria na literatura publicada sobre a Arqueologia brasileira. Existe, só que tal “literatura referida traz marcadamente o que se pode denominar de conceitos no vazio, isto é, embora presentes, não são explicitados” (Reis, 2002, p. 23).

O referido “desprezo” é algo marcante ainda na pesquisa arqueológica brasileira, no sentido de clivar, de um lado o dito arqueólogo de gabinete e, de outro, o arqueólogo de campo. Este desprezo marca separação. É um equívoco persistente, como se teoria estivesse separada ou esvaziada de uma prática. É uma situação que: “Reflete uma pressão muito intensa no interior do fazer arqueológico que ainda separa o arqueólogo teórico do arqueólogo prático. Divisão esquizofrênica, clivando um sujeito, um único fazer, em dois objetos confrontantes” (Reis, 2002, p. 149).

É possível, portanto, perguntar-se e investigar sobre o lugar da teoria na Arqueologia brasileira. É incontestável sua existência. O que precisa ser feito é um desvelamento que explicita o que já existe implícito ou oculto. Fundamentar um esclarecimento sobre qual ou quais teorias estão sendo aplicadas e usadas nas pesquisas arqueológicas.<sup>3</sup> Esta constatação aponta para uma hipótese: a Arqueologia brasileira já possui um corpus teórico, posto que fragmentado, disperso ou oculto nos textos publicados.

Esclarecer e salientar a existência, o uso e a explicitação de teoria na Arqueologia é hoje quase um destaque anacrônico diante da importância já sedimentada das questões teóricas nas ciências humanas e nas filiações teóricas da Análise do Discurso como acima foi apontado. Desse modo, observa-se que na Arqueologia brasileira não ocorre “resistência à teoria”, mas a novas abordagens teóricas. Deste viés, pode-se encontrar o seguinte, em Funari (1995:7):

A teoria arqueológica tem sido encarada, muitas vezes, como uma espécie de luxo, cuja existência seria justificada em países ricos, mas cuja valia, no Brasil, estaria por se provar. [...] a Arqueologia tem experimentado mudanças epistemológicas de grande alcance, a teoria arqueológica tem alterado, em âmbito mundial, a práxis mesmo do arqueólogo mais empirista.

Parece ser bem mais fácil rejeitar o desafio do nosso fazer teórico na Arqueologia brasileira e delegá-lo aos ditos “países ricos”. Daí que ser implicitamente empirista/positivista nas exaustivas descrições sem interpretações é comodamente livrar-se de um compromisso e ousadia em, verdadeiramente, assumir-se como arqueólogo “construtor” e “intérprete” de passados. Neste sentido, destacam Shanks e Tilley (1996, p. 10-11) que:

A Arqueologia tradicional tem freqüentemente tomado uma atitude que diminui a teoria do assunto real da Arqueologia. Sua quietude sobre os problemas da teoria resulta não tanto de uma rejeição de fundamentos filosóficos, mas antes, de um consenso largamente silencioso sobre normas empíricas. Uma característica do empirismo [...] é que a reflexão é sempre sistematicamente desencorajada em favor da supremacia dos fatos ou metodologias geradas para produzir tais fatos. [...] Qualquer argumento de que a teoria é irrelevante à Arqueologia é por si próprio teórico [...].

## Formações Discursivas na Arqueologia

Voltemos ao entremeio entre Análise do Discurso e a Arqueologia. Pensando a partir desta ciência, constata-se um deslocamento de sentido em relação ao lugar da teoria. Assenta-se um jogo entre o implícito e o explícito nas suas formulações dentro da pesquisa arqueológica. Tal deslocamento, é importante salientar, permanece não pela inexistência da teoria, mas pelas posturas ideológicas de “desprezo”, de “incômodo”, de “temor”, que a existência obrigatória (Johnson, 2000) da teoria impõe-se no fazer arqueológico. É esdrúxulo ainda alimentar este deslocamento de sentido pelo jogo do inexistir/existir teoria. A solução que elucida esta postura ideológica, hoje, parte de se perguntar firmemente por quais teorias estão há muito sendo usadas, e por

que se escondem ou ainda se menosprezam (Pacheco,1993; Yoffee, 1996). O deslocamento que aqui se apresenta é ação daquilo que, ao se transitar pelo discurso, através do olhar da AD, se constata como sendo enunciados tomando diferentes sentidos ao serem reproduzidos dentro de formações discursivas. É o que se conceitua como efeito de sentido (Ferreira, 2001:14) entre os interlocutores que produzem seus discursos dentro de uma mesma ou de diferentes formações discursivas.

Onde e como elas se apresentam dentro da Arqueologia? Buscando um aporte sobre história da arqueologia em dois grandes manuais (Trigger,1992; Willey and Sabloff, 1993), constata-se que teoria em Arqueologia vai ter seus começos a partir de meados do século XIX. Até este período pode-se salientar a forte atuação do que se chamou de antiquarismo.<sup>4</sup> Estes começos, porém, se estabelecerão já marcando deslocamentos de sentidos. De um lado, sob a ameaça fantasmática de duas grandes mestras que até hoje, segundo posturas de ferrenhos arqueólogos, disputam lugar de maternidade da Arqueologia: a História e a Antropologia. Epa! Será que a solução destes efeitos de sentido não se resolveria encontrando fundamentos da “lei paterna” para a Arqueologia? De outro lado, a trajetória que fortaleceu o trabalho arqueológico como sendo um conjunto de técnicas e de descrições empíricas sobre objetos e lugares relacionados com passados remotos de ocupações humanas pelo planeta. Junte-se a isto, a divulgação, pelo senso comum, do exotismo, tesouros e perigos que tornam a arqueologia ocupação de diletantes ou de ricos em busca de aventuras. Mas, entre os dois lados sobrevive e estorva sempre o lugar da teoria, nesta trajetória produzindo marcantes efeitos de sentido contrários ao dominante empirismo.

Este vai ocupar posição hegemônica na Arqueologia até, pelo menos, os anos de 1960. Neste tempo ocorrerá uma grande ruptura cujos efeitos ainda hoje são sentidos. Trata-se do que se denominou de “Nova Arqueologia”, movimento oriundo da Arqueologia norte-americana e que se propagou pela Arqueologia mundial.

Bem, do que acima vem sendo posto, é agora momento de um trânsito no entremeio que aqui se denomina de “exercício”. Vou apresentar, de forma sucinta, o que entendo como as mais destacadas e possivelmente identificáveis formações discursivas na trajetória conturbada da teoria, na Arqueologia. Digo as mais destacadas e possíveis, pois outras mais também têm sua existência. Além disso, estabelecer fronteiras entre formações discursivas é temeroso e complicado pelos deslocamentos da posição-sujeito que percorre entre elas. Mas, na proposta deste exercício, aqui vai. Pode-se, então, identificar quatro formações discursivas: histórico-cultural, processual, pós-processual e social latinoamericana. São elas:

**Histórico-Cultural (FD1)<sup>5</sup>**: para situá-la é preciso apontar as influências

recebidas do evolucionismo cultural que a antecedeu. Estas aconteceram no âmbito do enquadramento dos achados arqueológicos nos esquemas e etapas formalizados pelo evolucionismo. Além disto, a preocupação dos arqueólogos no estudo da distribuição geográfica dos artefatos e suas relações com grupos históricos. Enfoca principalmente o estudo de seqüências regionais empiricamente documentadas pelos artefatos. Destaca reconstruções cronológicas minuciosas e descritivas, enumerando as culturas arqueológicas e ressaltando atributos técnicos dos artefatos exumados. Explica mudanças culturais como causadas externamente, através de migrações de povos ou difusão geográfica das culturas. Na Arqueologia brasileira, a metodologia desta escola teve bastante ascendência por meio do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas; 1965 a 1970) sob coordenação dos arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Megers, conforme o encontrado em Barreto (1998:576-578).

**Processual (FD2):** liderada pelo arqueólogo norte-americano Lewis Binford, também é conhecida como “Nova Arqueologia”. Recebeu influências do neo-evolucionismo através dos antropólogos culturais Julian Steward e Leslie White. Na composição de seu corpus teórico, além do neo-evolucionismo, esta escola embasa-se na teoria geral dos sistemas e no positivismo lógico. Tem como principal foco a identificação e a explicação de processos culturais no registro arqueológico. Advoga por enfoques teórico-metodológicos rigorosos no sentido de dotar a Arqueologia de um caráter científico, e orientar para a solução de problemas e hipóteses cientificamente formulados. Busca a construção de modelos cuja aplicação à Arqueologia propiciaria a formulação de leis evolutivas que explicassem e interpretassem processos culturais. Enfoca a noção de cultura como um sistema adaptativo, caracterizando mudança cultural a partir de fatores internos, destacando a importância de variáveis ambientais nas pesquisas arqueológicas.

**Pós-Processual (FD3):** indo desde os hiperrelativistas aos moderados, tendo sua principal figura no arqueólogo inglês Ian Hodder, esta escola abrange diversas tendências teóricas atuais, muitas delas advindas da sociologia, da semiótica, do estruturalismo, da filosofia, do marxismo, entre outras. Apesar das divergências, possui vários pontos comuns no âmbito da pesquisa arqueológica. Trouxe com ênfase para a Arqueologia a dimensão dos significados simbólicos que variarão e se destacarão em diferentes contextos culturais. Visa resgatar o significado cultural adquirido pela cultura material que determinada sociedade produziu e utilizou. Retoma para a Arqueologia a discussão de problemas de caráter histórico derivados de propostas da Nova História. Propugna a destacada ação dos arqueólogos enquanto construtores do passado a partir de sua classe social, ideologia, cultura e gênero como pontos de partida para suas perguntas que formulam às evidências arqueológicas.

**Social Latinoamericana** (FD4): é uma escola que se originou – em torno de 1960 - e se desenvolveu até o presente, a partir de pesquisas teóricas e de campo executadas por grupos de arqueólogos no México, Costa Rica, Peru, República Dominicana, Porto Rico e Venezuela, principalmente. Orienta-se por uma aplicação conceitual e interpretação dos dados arqueológicos a partir de conceitos e princípios oriundos do materialismo histórico. Várias reuniões de arqueólogos aconteceram por estes anos de origem e desenvolvimento, visando ao aprimoramento dos princípios teórico-metodológicos advindos do marxismo e sua aplicação na Arqueologia. Mantendo constante presença em várias pesquisas nos países acima apontados, sua contemporânea atuação e denominação tem provocado diferenças (Gándara, 1985), conforme expressa Luis Felipe Bate (1998), um dos iniciadores e ativo atuante desta Arqueologia, que prefere denomina-la esta como “Arqueologia marxista latinoamericana”.

Apresentado este sumário, um aporte faz-se necessário. Trata-se da distinção, em *Análise do Discurso*, entre texto e discurso. Sobre discurso já foram apontadas conceituações. Quanto ao texto, este se apresenta em sua linearidade, como uma superfície material cujos efeitos de sentido conduzem ao discurso. O texto pode ser considerado como uma superfície lingüística com limites, uma peça empírica, um objeto histórico. “O relevante, no âmbito discursivo, onde o texto é tomado como discurso [...], é ver como ele organiza a relação da língua com a história, na produção de sentidos e do sujeito em sua relação com o contexto histórico-social ” (Ferreira, 2001:23). Deslocado pelo trabalho da análise, corporifica-se como discurso em um objeto sócio-histórico que comporta possíveis posições-sujeito e oriundo de determinadas condições de produção. A materialidade textual apresenta-se organizada em sua discursividade em relação às coisas da linguagem e da ideologia naquela inscritas. O discurso se dispersa por vários autores e textos produzidos em diferentes espaços e tempos. Dadas estas considerações, salienta Pêcheux (1997:79) “...que é impossível analisar um discurso como texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção...”.

E no entremeio entre AD e Arqueologia, qual a imbricação desta distinção entre texto e discurso? Vem de uma curiosa e contundente posição assumida no processo discursivo identificado com a FD3, que propugna pela leitura do documento/cultura material<sup>6</sup> como um texto. Ler o documento/cultura material não como um deciframento de uma linguagem. É de Hodder (1994) que se busca esta ênfase na real possibilidade de ler o documento/cultura material. Não são artefatos isolados que facilitarão tal leitura. A

Arqueologia não escava coisas, mas pessoas, como já foi tanto dito e repetido. Melhor dizendo, escava as coisas das pessoas que estão num amplo contexto interrelacionado. Salienta Hodder (op.cit.: 17) que dedução ou inferência, qualquer que seja, em Arqueologia, só pode advir do documento/cultura material. Portanto, o problema não está apenas em como ler simbolismo ou significado, mas que Arqueologia fazer para a ação de tal leitura. Para tal, destaca Hodder (op.cit. p. 140):

Os significados da cultura material estão influenciados em grande medida por considerações tecnológicas, físicas e funcionais. A natureza prática e parcialmente não cultural destes fatores permite uma leitura do 'texto' da cultura material muito mais simples do que se estivesse constituído exclusivamente por signos lingüísticos arbitrários. O contexto da cultura material não só é abstrato e conceitual, senão também pragmático e não arbitrário.

É um incômodo desafio, quer seja por irritação ou enfado, fazer uma Arqueologia para além do empírico formalizado e descrito. Porfia é labutar por abstrato e conceitual, por símbolos e significados, por discursos numa abrangência contextual das evidências.

Este sentido de leitura provoca um deslocamento em termos de discurso sobre o que comportam as dimensões de explicação e/ou interpretação que tomam as inferências a partir das descobertas arqueológicas. Uma leitura discursiva da cultura material, para além da textual, enfatiza a ação social desta sobre o grupos que a produziram, conectando significados simbólicos, crenças, ideologias, conceitos e disposições de uma sociedade e dos sujeitos que a compõem. Trazer esta distinção entre texto e discurso para o âmbito da Arqueologia aponta para a situação visceral e inexorável de que toda a pesquisa arqueológica termina em uma produção textual que se insere numa produção discursiva vinculada a diversas formações discursivas. É claro, toda a Arqueologia é feita a partir do trabalho sobre a cultura material, artefatos, objetos, paisagens, onde o ser humano atuou em relação à natureza e o meio, simbolizando e significando culturalmente. Neste sentido, de entremeio entre texto e discurso, para a Arqueologia, busca-se o seguinte, em Funari (1999, p. 171):

A força signica da cultura material depende da estrutura das suas inter-relações, e o sentido de qualquer artefato específico está sempre interseccionado pelo sentido de outros artefatos. Os artefatos, assim, formam elos em uma cadeia de objetos, em um campo aberto de signos. [...] seria falso considerar que a cultura material expressa exatamente o que se exprime na língua, ainda que esteja envolvida na comunicação de sentidos. [...]

A cultura material revela sua estrutura e princípios subjacentes por meio da repetição. Como um discurso comunicativo, ela solidifica, codifica e reifica as relações sociais nas quais ela viceja e das quais deriva, a um só tempo. A ação social é o produto do discurso e deste surgem tanto a ação como a cultura material, que menos significam as relações sociais do que as estabelecem e fixam.

Bem, assim se apresentam estas formações discursivas. Estas, em Arqueologia, não são as únicas e, atualmente, nenhuma delas ocupa uma posição hegemônica ou dominante por entre os processos discursivos que fazem composição nas pesquisas arqueológicas. Dentro da Arqueologia, as formações discursivas aqui apresentadas se coadunam bem dentro das instâncias conceituais que as compõem. Dito de outra forma, uma formação discursiva representa um domínio de saber sócio-histórico-ideológico contextualmente reconhecido. Constitui-se de enunciados discursivos que representam modo de relacionamento com ideologias vigentes na produção acadêmica e na pesquisa.

Porém, apesar de apresentadas separadamente, dentro da Arqueologia contemporânea, as formações discursivas permitem deslocamentos vários das posições-sujeito por entre elas nos trânsitos discursivos como efeitos de condições de produção. De uma possível posição dominante quando de suas formulações iniciais, hoje transformam-se em saberes heterogêneos e divididos em relação a si mesmos, sendo suas fronteiras essencialmente porosas e elásticas (Indursky, 2000). Marca-se, assim, como sendo uma noção teórica que pode ser caracterizada com o flexível na sua heterogeneidade e propicia reconfigurações pelas passagens que ligam suas fronteiras volúveis.

Ilustrando, como um exemplo, esta porosidade no que tange às formações discursivas e a migração da posição-sujeito entre elas, em processos discursivos que se produzem na Arqueologia, Duke (1995) descreve um trabalho que congrega posições-sujeito de três diferentes formações discursivas (FD1, FD2, FD3) num trabalho específico de pesquisa arqueológica. Este exemplo aponta para uma possível transdisciplinaridade entre formações discursivas diferentes. Para o trabalho arqueológico, tal trânsito requer uma peculiar atenção, no que Hodder (1994:160) aponta como sendo um “...movimento entre teorias e dados...”, em função das específicas realidades que se pesquisam, mais do que monólitos teóricos enrijecidos nos castelos das pretensas auto-suficiências. Neste sentido, salienta Trigger (2000:777) que: “ A verdade não é posse exclusiva de uma particular escola [formação discursiva] da Arqueologia ou de um particular ponto de vista político ou moral ”.

Bem, finalizemos agora em um não concluir.

## Para não concluir

Agora, no finalmente deste escrever, ficam as agruras de um não concluir. Por que assim? Fica bastante claro que o entremeio que faz pergunta deste trabalho não tem resposta conclusiva. No âmbito do que foi chamado de desdisciplina, entremeio aponta para o que sugeri como trânsito transdisciplinar de pensar, de propor e de trocar entre produções de conhecimento que sejam, de um lado, pela Análise do Discurso e, por outro, da Arqueologia. Bem, este trânsito não está ainda trilhado por idílio e condições ideais. Na transmultidisciplinaridade entre a AD e a Arqueologia podem surgir problemas, entraves. Falando em direções que percorrem no trânsito ente AD e História, o mesmo servindo para o da AD e a Arqueologia. Carneiro (1998:82) aponta que:

Determinadas áreas de ação comum entre a História e a AD ficam prejudicadas devido ao alto grau de influência que o estruturalismo althusseriano alcançou junto a esta. Neste sentido, há momentos em que a operação transdisciplinar deve ser conscientemente abandonada em proveito de uma operacionalização que caberá exclusivamente à história realizar, levando a que muitas das estruturas teórico-metodológicas da AD sejam reelaboradas de dentro da disciplina da história, que se encarregaria assim de dar as respostas de acordo com aquilo que julgar mais conveniente aos padrões operacionais próprios à historiografia.

Por “padrões operacionais próprios à historiografia” entendo que, no âmbito da Arqueologia e no seu campo transdisciplinar de produzir conhecimento, ressignificam-se como sendo seus lugares precípuos de se pensar a partir do lugar arqueológico. O que quis salientar é que este entremeio, ao se transformar em dispositivo de análise e, efetivamente, em um trabalho de análise, vai se deparar com os produtos finais inexoráveis à pesquisa arqueológica, isto é, os trabalhos de campo na terra e as intermináveis horas de laboratório que finalizarão sempre em textos, cuja materialidade aponta para se desvelarem efeitos de sentido discursivos.

Neste não concluir, pode-se talvez pensar o arqueólogo como um leitor-autor-produtor de textos/discursos. Leitor da cultura material, visando à identificação dos significados e símbolos em fatores tais como gênero, classe, etnia, escolhas, ideologias, comportamentos, contextos e assim no mais. Esta uma primeira consideração, o arqueólogo como leitor do sítio, entidade criada através de tantos longos anos, através das mais diversas ações humanas intencionais e não-intencionais, através dos mais díspares e atuantes processos naturais na sua conformação e mudanças. Numa segunda consideração, o arqueólogo como autor-produtor de textos/discursos sobre o tal sítio. Texto/

Discurso este, culminância de um longo e complicado processo que se inicia com a primeira visita ao campo, o primeiro contato com documentos escritos, seguindo, depois de várias etapas, com as intervenções na terra de onde advirão os documentos materiais que serão limpados, classificados, analisados, sintetizados, interpretados e finalmente, publicados num tal texto/discurso de autoria arqueológica. Dá para assim se falar, sem dúvida.

Fica evidenciado um ardiloso jogo diante do sítio-texto/discurso, onde circulam os papéis representativos e diferentes ou convergentes do arqueólogo-leitor/arqueólogo-autor-produtor de textos/de discursos. Nesta verve, sugere Dyson (1995:35) o seguinte:

O resultado final desta enrolada combinação de processos humanos e naturais tem sido a criação de um texto arqueológico básico, com sua complexa combinação de distorção e significado. Aqui entra o arqueólogo como leitor, cujo propósito é criar um novo tipo de texto intencionado para várias audiências. [...] o arqueólogo torna-se não somente o leitor do sítio, mas também, desde o começo da pesquisa de campo, tanto quanto desde o momento da escrita do primeiro relatório, o autor do sítio.

Para ir finalizando esta não conclusão, algumas palavras sobre aquilo que, de um lado, representa o orgulho do exercício do poder no mandarinato arqueológico e, de outro, a efemeridade arenosa das construções discursivas: o lugar de intérprete de passados. Dito de outro jeito, a pesquisa arqueológica corporificada na interpretação, que é mister do arqueólogo. Tal lugar vem sendo sucessivamente marcado, por entre as formações discursivas que entremeiam pela Arqueologia, como uma mediação que exerce o arqueólogo, com sua inquestionável autoridade e saber, entre o passado humano e sua cultura material que restou e a produção final discursiva que dá conta e interpreta este passado. Curioso lugar este que, como mostrei no transcórre deste trabalho, desdenha pela teoria e se assenta ainda fortemente no empirismo descritivo dos restos, ocultando a sempre inabalável teoria que insiste em incomodar tal interpretação. Fique claro que, crítico aqui, a pretensa autoridade como de uma palavra final que cerca a tal interpretação na pesquisa arqueológica, finalizada nos textos. Por isso, um avanço em abalar tal lugar ao se contemplar para um mais além, que vem a ser o deslocamento do texto para uma análise de discurso visando à elucidação de efeitos de sentido, formações discursivas, interpelações ideológicas que abarcam os processos discursivos. Neste sentido, Tesche (2000:10) nos diz que: “A interpretação é sempre um ato inacabado, fragmentado, que permanece em suspenso ao abordar-se a si mesmo, pelas palavras de um *sempre-outro-discurso* que seria mais essencial” [o interdiscurso].

Pelo sim, pelo não, vão se formando arqueólogos pelas lides acadêmicas em várias instituições de ensino universitário no Brasil. Tais profissionais se deparam hoje com implacáveis embates no efetivar da profissão. Quer sejam pelo descaso com o patrimônio cultural do passado histórico e pré-histórico, pelas exigências apressadas e sufocantes da chamada Arqueologia de Contrato e pelas deficiências oriundas da própria formação acadêmica. Funari (1999/2000: 79) equacionando sobre como tornar-se arqueólogo no Brasil, hoje, aponta o seguinte: “No entanto, uma deficiência estrutural consiste na falta de ênfase no caráter multidisciplinar da Arqueologia, pois esse aspecto deveria implicar um currículo que enfatizasse o conhecimento, em primeira mão, das grande teorias sobre o funcionamento e a transformação das sociedades, das formas de expressão, mas também do mundo físico e biológico ”.

Desta forma, que seja pela ênfase multidisciplinar ou por um entremeio transdisciplinar, não parece ser mais passível de descaso ou ignorância o que diz respeito ao presente ideológico do arqueólogo ao “interpretar” o passado. Esta interpretação não é apenas a “construção” de um passado que sempre é feita pelo arqueólogo e finalizada num texto/discurso, mas pela “construção” discursiva deste passado a partir do contexto político, social, econômico e ideológico do arqueólogo, enquanto agente produtor de seu específico ramo do conhecimento.

## Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Sobre o trabalho teórico*. 2. ed. Lisboa: Presença, s.d.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas*. Lisboa: Presença, 1979.
- BARRETO, Cristina. Brazilian archaeology from a brazilian perspective. *Antiquity*, 277 (72), p. 573-581, 1998.
- BATE, Luis F. *El proceso de investigación en arqueología*. Barcelona: Crítica, 1998.
- CARNEIRO, Newton L.G. O discurso como instrumento de trabalho da História: o exemplo do discurso regionalista no liberalismo rio-grandense. *Histórica*, Porto Alegre, n. 3, p. 78-87, 1998.
- CASTRO FARIA, Luiz de. “Domínios e fronteiras do saber: a identidade da arqueologia”. *Dédalo*. São Paulo: MAE/ USP, publicações avulsas, n. 1, p. 26-39, 1989.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- DUKE, Philip. Working through theoretical tensions in contemporary archaeology: a practical attempt from Southwestern Colorado. *Journal of Arch. Method and Theory*, 2 (3), p. 201-229, 1995.
- DYSON, Stephen L. Is there a text ins this site? In: SMALL, D.E. (Ed.) *Methods in the Mediterranean: historical and archaeological views on texts and archaeology*. Leiden: E.J.Brill, p. 25-44, 1995.
- FERREIRA, Maria C. L. (Coord.). *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: UFRGS/ Inst. de Letras, 2001.
- FRANCH, Alcina. (Coord.). *Dicionário de arqueología*. Madrid: Alianza, 1998.
- FUNARI, Pedro P. A. “A hermenêutica das ciências humanas: a História e a teoria e práxis arqueológicas”. *Rev. da Soc. Bras. de Pesquisas Históricas*. Curitiba, n. 10, p. 3-9, 1995.
- \_\_\_\_\_. A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. *Revista Primeira Visão*, Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 76, p. 13-31, 1998.
- \_\_\_\_\_. “Linguística e arqueologia”. *D.E.L.T.A*, 15 (1), p. 161-176, 1999.
- \_\_\_\_\_. “Como se tornar arqueólogo no Brasil”. *Revista USP*, 44, p. 74-85, 1999/2000.
- GÁNDARA, Manuel et al. Arqueología y marxismo en México. *Boletín de Antropología Americana*, n. 11, p. 5-17, 1985.
- HODDER, Ian. *Interpretación en arqueología: corrientes actuales*. Barcelona: Crítica, 1994.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. *Gragoatá*, Niterói, 5, p. 111-120, 1998.
- \_\_\_\_\_. “A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso”. In: INDURSKY, F. (Org.) et al. *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra, 2000.
- JOHNSON, Matthew. *Archaeological theory: an introduction*. Oxford: Blackwell, 2000.
- MAINGUENAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Hacette, 1976.
- MEIRELES, Cecília. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- MENESES, Ulpiano T.B. de. A cultura material no estudo de sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 103-118, 1983.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Mira-Sintra: Europa-América, 1994.

- ORLANDI, Eni P. "A Análise de Discurso: algumas observações". *D.E.L.T.A.*, v. 2 (1), p. 105-126, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Gestos de leitura: da História no discurso*. Campinas: Unicamp, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.
- PACHECO, Leila. Porto Alegre, 1993, p. 106-114. Teoria arqueológica: algumas considerações práticas. VIº SIMPÓSIO SUL-RIOGRANDENSE DE ARQUEOLOGIA – ARQUEOLOGIA NOVAS PERSPECTIVAS, 1993, Porto Alegre: PUC/CEPA. *Anais...*
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1995.
- \_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pécheux*. São Paulo: UNICAMP, 1997.
- RAPOSO, L.; SILVA, A. C. *A linguagem das coisas: ensaios e crônicas de arqueologia*. Mira-Sintra: Europa-América, 1996.
- REIS, José A. dos. *Para uma arqueologia dos buracos de bugre: do sintetizar, do problematizar, do propor*. Caxias do Sul: Educ, 2002.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. *Social theory and archaeology*. Cambridge: Polity Press, 1996.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- TESCHE, Adayr. *Interpretação: rupturas e continuidades*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.
- TRIGGER, Bruce. *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Crítica, 1992.
- \_\_\_\_\_. Comments about the land of prehistory: a critical history of american archaeology. *American Antiquity*, 65, (4), p. 776, 2000.
- WILLEY, G.; SABLOFF, J. *A history of american archaeology*. New York: Freeman, 1993.
- YOFEE, Norman. "Teoria social evolucionista e seus descontentes". VIII REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOC. DE ARQ. BRAS, v. 1, Porto Alegre: Edipucrs. *Anais...* Porto Alegre, 1996. p. 47-81.

## Agradecimentos

Agradeço a diversos colegas que contribuíram, de diferentes maneiras, para que este trabalho fosse escrito: Newton Carneiro, Fernanda B. Tocchetto, Marcia Espig, Lucio M. Ferreira. Em especial, agradeço a Freda Indursky e a Pedro Paulo de A. Funari. A responsabilidade do escrito, claro, é minha.

## Notas

---

<sup>1</sup> Sobre esta perspectiva dentro da cena estruturalista francesa, consultar Orlandi (1994) e Dosse (1994, v. 2).

<sup>2</sup> Para um esclarecimento da trajetória da questão do sujeito na linguagem, consultar Indursky (1998).

<sup>3</sup> Saliente que a pesquisa que atualmente desenvolvo é exatamente sobre estas questões, no âmbito da tese de doutorado em que estou trabalhando: “Das condições de possibilidade da teoria em Arqueologia: do implícito e do explícito na Arqueologia brasileira” – sob orientação do prof. dr. Pedro Paulo Abreu Funari, no programa de Pós-Graduação em História; UNICAMP.

<sup>4</sup> Para além da acepção usual que corresponde ao comércio de antiguidades, em certos ambientes, o antiquarismo se distingue do colecionismo pelo desejo de conhecimento, não somente taxanômico, próprio do colecionista, senão também cultural, entendido este como a integração dos objetos em seu contexto histórico, ainda que não esteja submetido aos parâmetros

epistemológicos estabelecidos pelo conhecimento acadêmico. (Franch, 1998: 58).

<sup>5</sup> FD, sigla para formação discursiva.

<sup>6</sup> “Por cultura (documento) material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações, pinturas) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica)” (Meneses, 1983: 112).